

Alerta Legislação nº 30, de 22 a 27 jul. 2024

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA POLÍCIA FEDERAL <u>PORTARIA DG/PF Nº 18.988, DE 15 DE JULHO DE 2024</u> Regulamenta a emissão, pela Polícia Federal, do Certificado de Registro de Pessoa Física - CRPF e do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica - CRPJ.
Governo do Estado de São Paulo
<u>LEI Nº 17.990, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025. <u>DECRETO Nº 68.723, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica, em cumprimento ao estabelecido na Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.
Prefeitura de São Paulo
<u>LEI Nº 18.173, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 247/24, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025. <u>LEI Nº 18.171, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 150/23, dos Vereadores Elaine do Quilombo Periférico – PSOL, Dr. Adriano Santos – PT e Silvia da Bancada Feminista – PSOL) Dispõe sobre a presença de serviços de segurança em equipamentos públicos de atendimento a mulheres vítimas de violência. <u>LEI Nº 18.165, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 228/23, dos Vereadores Edir Sales – PSD e Thammy Miranda – PSD) Autoriza a criação do Programa Cultura de Paz nas Escolas do Município de São Paulo.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
26/07/2024	<u>DECRETO Nº 12.119, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> Revoga dispositivos do Decreto nº 12.091, de 3 de julho de 2024, que institui a Rede Federal de Mediação e Negociação - Resolve.
24/07/2024	<u>DECRETO Nº 12.118, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Regulamenta o disposto na Lei Complementar nº 206, de 16 de maio de 2024, que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e altera o Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021, e o Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021.
Atos do Poder Legislativo	<u>LEI Nº 14.934, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. <u>LEI Nº 14.933, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir que pessoas físicas sejam proponentes de projetos no âmbito da referida Lei. <u>LEI Nº 14.930, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Confere o título de Capital Nacional da Vaquejada ao Município de Lagarto, no Estado de Sergipe. <u>LEI Nº 14.929, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Confere o título de Capital Nacional do Artesanato Têxtil ao Município de Resende Costa, no Estado de Minas Gerais.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura e Pecuária	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.156, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Altera a lista de pragas quarentenárias presentes, constante do anexo da Instrução Normativa SDA nº 38, de 1º de outubro de 2018. <u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.154, DE 19 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a autorização da Associação dos criadores de bovinos de gado Holandês do Rio Grande do Sul, para efetuar o serviço de registro genealógico da raça Holandesa, como entidade filiada, no estado do Rio Grande do Sul. <u>PORTARIA SDA/MAPA Nº 1.152, DE 19 DE JULHO DE 2024</u>

	Estabelece os procedimentos para registro, controle e fiscalização de estabelecimento comercial de material de multiplicação animal nacional e importado.
Ministério da Cultura	AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANCINE Nº 170, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Regulamenta o cumprimento e a aferição da exibição obrigatória de obras cinematográficas brasileiras de longa-metragem pelas empresas proprietárias, locatárias ou arrendatárias de salas ou complexos de exibição pública comercial, e dá outras providências.
Ministério da Educação	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA (SEB) <u>PORTARIA Nº 42, DE 19 DE JULHO DE 2024</u> Institui a Comissão para gerenciamento da execução do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria de Educação Básica e a Universidade de São Paulo, por interesse da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto FFCLRP/USP, do Projeto Indicadores de Qualidade da Educação Infantil das Crianças do Campo, das Águas e das Florestas (IndiqueEICAF): elaboração e mobilização de agentes políticos.
Ministério da Fazenda	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MF Nº 1.185, DE 19 DE JULHO DE 2024</u> Altera, mediante antecipação, remanejamento e ampliação, os valores autorizados para pagamento de que tratam os Anexos II e V do Decreto nº 11.927, de 22 de fevereiro de 2024, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2024 e dá outras providências. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.161, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> Ajusta regras atinentes às alíquotas básicas de adicional para enquadramento de empreendimento no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro. <u>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.159, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Resolução CMN nº 5.050, de 25 de novembro de 2022, que dispõe sobre a organização e o funcionamento de sociedade de crédito direto e de sociedade de empréstimo entre pessoas e disciplina a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas por meio de plataforma eletrônica. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 18, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis. SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.205, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a exclusão de multas, o cancelamento da representação fiscal para fins penais e a regularização dos débitos

	tributários de que tratam o art. 25, § 9º-A, e o art. 25-A do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.201, DE 15 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, para dispor sobre o tratamento tributário aplicável às perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, atualizar as normas de dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio e dispor sobre a data do balanço patrimonial decorrente de reorganização societária.
Ministério da Justiça e Segurança Pública	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS <u>RESOLUÇÃO CONAD Nº 10, DE 19 DE JULHO DE 2024</u> Suspende a eficácia da Resolução CONAD nº 3, de 24 de julho de 2020, e dá outras providências. (...) Art. 1º Suspende a eficácia da Resolução CONAD nº 3, de 24 de julho de 2020, com o objetivo de interromper, com base nela, novos acolhimentos de adolescentes em Comunidades Terapêuticas, com financiamento público ou privado. (...) POLÍCIA FEDERAL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF Nº 285, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa nº 196-DG/PF, de 29 de março de 2021, que normatiza o procedimento de comunicação de operações suspeitas ou que contenham indícios de crimes de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo efetuadas por empresas de transporte de valores, bem como os mecanismos dos processos administrativos instaurados contra empresas de transporte de valores em razão do descumprimento das obrigações de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento de terrorismo. <u>PORTARIA DG/PF Nº 18.988, DE 15 DE JULHO DE 2024</u> Regulamenta a emissão, pela Polícia Federal, do Certificado de Registro de Pessoa Física - CRPF e do Certificado de Registro de Pessoa Jurídica - CRPJ.
Ministério da Saúde	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.922, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> Altera as Portarias de Consolidação MS nº 3 e 6, de 28 de setembro de 2017, para modificar a nomenclatura da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENAST e para redefinir os valores do incentivo de custeio e manutenção dos serviços habilitados como Centros de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST, respectivamente. <u>PORTARIA GM/MS Nº 4.838, DE 5 DE JULHO DE 2024</u> Aprova a adesão de entes federativos à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>PORTARIA Nº 923, DE 23 DE JULHO DE 2024</u>

	Dispõe sobre a instituição do Programa de Substâncias Químicas de Referência da Farmacopeia Brasileira SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO E DO COMPLEXO ECONÔMICO-INDUSTRIAL DA SAÚDE <u>PORTARIA SECTICS/MS Nº 31, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o rituximabe em monoterapia para pacientes com linfoma folicular assintomático, independentemente do estágio inicial.
Ministério das Cidades	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MCID Nº 765, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> Divulga o resultado do processo de seleção de propostas da modalidade Eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, Subeixo Prevenção a Desastres - Drenagem Urbana, no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, de que trata o Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, conforme a regulamentação prevista na Portaria MCID nº 1.273, de 6 de outubro de 2023. <u>PORTARIA MCID Nº 701, DE 17 DE JULHO DE 2024</u> Divulga as propostas que passam a ser incluídas e excluídas do Anexo da Portaria nº 354, de 9 de abril de 2024, do Ministério das Cidades para contratação no âmbito do Minha Casa, Minha Vida - MCMV Rural, objeto do processo seletivo instituído pela Portaria nº 743, de 20 de junho de 2023, do Ministério das Cidades, e altera as Portarias nº 741 e nº 742, de 20 de junho de 2023, do Ministério das Cidades. <u>PORTARIA MCID Nº 711, DE 18 DE JULHO DE 2024</u> Autoriza a contratação de proposta(s) de empreendimento(s) habitacional(is) enquadrada(s) e ratificada(s), nos termos da Portaria MCID nº 1.482, de 21 de novembro de 2023, que divulga as propostas de empreendimentos habitacionais enquadradas no âmbito da linha de atendimento de provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida, de que trata a Portaria MCID nº 727, de 15 de junho de 2023.
Ministério de Portos e Aeroportos	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 339, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> Institui o Programa Voa Brasil. (...) Art. 1º Instituir o Programa Voa Brasil com o objetivo de fomentar a inclusão social no modal aéreo e promover eficiência do setor por meio, inclusive, da otimização de utilização de capacidade ociosa das aeronaves. (...)
Ministério do Desenvolvimento Agrário e	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL <u>RESOLUÇÃO Nº 14, DE 23 DE JULHO DE 2024</u>

**Agricultura
Familiar**

Cria o Comitê Permanente de Emergência Climática, Segurança Hídrica, Energias Renováveis e Soberania Energética do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPEC/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Desenvolvimento Territorial do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPDT/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 12, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPPCT/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 11, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPPI/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Acompanhamento e Aperfeiçoamento do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPCA/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Crédito e Financiamento à Agricultura Familiar do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPCred/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Assuntos Internacionais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPAI/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 7, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Abastecimento, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPASSAN/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Cooperativismo, Agroindústria e Inclusão Sanitária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPCAIS/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Promoção de Políticas para as Juventudes do Campo, das Águas e das Florestas, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPJR/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Assistência Técnica e Extensão Rural do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPATER/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 3, DE 23 DE JULHO DE 2024

Cria o Comitê Permanente de Agroecologia do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPA/CONDRAF.

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 23 DE JULHO DE 2024

	Cria o Comitê Permanente de Mulheres Rurais do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CPMR/CONDRAF. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 143, DE 18 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a alteração da Instrução Normativa nº 139, de 08 de dezembro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de dezembro de 2023, a qual versa sobre procedimentos operacionais e administrativos para a concessão, acompanhamento e fiscalização das modalidades de Crédito Habitacional e Reforma Habitacional, regulamentados pelo Decreto nº 11.586, de 28 de junho de 2023.
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDS/MPS Nº 27, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre o processo de inscrição e atualização cadastral para manutenção do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC para os beneficiários não inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, ou que estiverem com o cadastro desatualizado, nos termos e prazos estipulados nesta Portaria. CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>RESOLUÇÃO CNAS/MDS Nº 161, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a aprovação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício de 2024 - 2º trimestre. SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL <u>PORTARIA Nº 94 DE 24 DE JULHO DE 2024</u> Altera o Anexo da Portaria MDS nº 85, de 28 de junho de 2024, que estabelece metas, limites financeiros, prazos e requisitos para execução da modalidade Compra com Doação Simultânea, via Termo de Adesão em municípios prioritários para a implementação da Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional nas Cidades - Alimenta Cidades. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Especifica o modelo da tecnologia social de acesso à água nº 30: cisterna comunitária para manejo da agrobiodiversidade, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.
Ministério do Planejamento e Orçamento	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 239, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, dos Transportes, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, e da Integração e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 115.052.909,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. <u>PORTARIA GM/MPO Nº 238, DE 22 DE JULHO DE 2024</u>

	Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, nos Ministérios do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, no valor de R\$ 20.270.845,00.
Ministério do Trabalho e Emprego	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTE Nº 1.234, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição, considerando a crescente importância da Inteligência Artificial (IA) no contexto do trabalho, bem como a necessidade de estudar e propor políticas, produtos e serviços que garantam uma transição justa e inclusiva para o futuro do trabalho - (Processo nº 19955.204269/2024-98), resolve <i>Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho - GT para realizar estudos, proposição de políticas públicas, programas, ações e o desenvolvimento de serviços públicos envolvendo Inteligência Artificial para o futuro do trabalho.</i>
Ministério dos Transportes	SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO <u>PORTARIA SENATRAN Nº 675, DE 11 DE JULHO DE 2024</u> Autoriza a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), órgão executivo de trânsito do Município de São Paulo/SP, a executar o estudo experimental de sinalização de trânsito voltada para a circulação de motocicletas, denominado "Projeto Faixa Azul", até a data de 31 de março de 2025.
Banco Central do Brasil (BCB)	ÁREA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO E DE RESOLUÇÃO <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 403, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que institui o arranjo de pagamentos Pix e aprova o seu regulamento, e o regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix. <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 402, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Altera o regulamento anexo à Resolução BCB nº 1, de 12 de agosto de 2020, que disciplina o funcionamento do arranjo de pagamentos Pix e aprova o seu regulamento, para instituir as regras de funcionamento do Pix Automático e realizar ajustes em dispositivos relacionados ao Pix Agendado. → Departamento de Organização do Sistema Financeiro <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 490, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Instrução Normativa BCB nº 299, de 30 de agosto de 2022, que divulga procedimentos, documentos, prazos e informações necessários à instrução dos pedidos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições de que trata a Resolução CMN nº 4.970, de 25 de novembro de 2021. ÁREA DE POLÍTICA MONETÁRIA → Departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro

	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 491, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Estabelece as diretrizes para cadastramento de dispositivo de acesso para a iniciação de transações Pix e para o gerenciamento de chaves Pix e define o valor máximo permitido para iniciar transações Pix em dispositivo de acesso não cadastrado.
Poder Judiciário	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 17 DE JULHO DE 2024</u> Abre crédito suplementar no valor global de R\$ 41.639.962,00 (quarenta e um milhões seiscientos e trinta e nove mil e novecentos e sessenta e dois reais) ao orçamento do STF, para os fins que especifica.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
26/07/2024	<u>DECRETO Nº 68.724, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> Altera o dispositivo que especifica do Decreto nº 67.561, de 15 de março de 2023(*). <i>(*) Dispõe sobre as transferências de vinculação que especifica, altera dispositivos dos decretos indicados e dá providências correlatas.</i> <u>DECRETO Nº 68.723, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a concessão de abono complementar aos servidores, na forma que especifica, em cumprimento ao estabelecido na Lei federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008.
24/07/2024	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.406, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre a criação e extinção de cargos no Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo. <u>LEI Nº 17.990, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2025. MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 302, DE 02 DE MAIO DE 2024</u> A-nº 045/2024 (...) De minha iniciativa, a propositura dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025, tendo sido aprovada por essa ilustre Casa Legislativa com emendas parlamentares que aperfeiçoaram a proposta. (...) <u>DECRETO Nº 68.711, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 68.421, de 2 de abril de 2024(*).

	(*) <i>Delega competência ao Secretário de Parcerias em Investimentos para os fins que especifica.</i> <u>DECRETO Nº 68.710, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Ratifica convênio celebrado nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975. <u>DECRETO Nº 68.709, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Ratifica convênio celebrado nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975. <u>DECRETO Nº 68.707, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Altera o Decreto nº 50.977, de 20 de julho de 2006, que ratifica convênios celebrados nos termos da Lei Complementar federal nº 24, de 7 de janeiro de 1975, aprova convênios, protocolos e ajustes SINIEF e introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS. <u>DECRETO Nº 68.706, DE 23 DE JULHO DE 2024</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS.
23/07/2024	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.405, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Lei Complementar nº 939, de 3 de abril de 2003, que institui o código de direitos, garantias e obrigações do contribuinte no Estado de São Paulo. <u>LEI Nº 17.989, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito e a prestar contragarantias relativas aos projetos que especifica, altera a Lei nº 17.386, de 14 de julho de 2021, e dá providências correlatas. <u>LEI Nº 17.988, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Altera a Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 68.705, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal na Secretaria da Segurança Pública, visando ao atendimento de Despesas de Capital.
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) → Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA) <u>PORTARIA CDA - 25, DE 19 DE JULHO DE 2024</u>

	Dispõe sobre a suspensão de instalação de estabelecimentos avícolas comerciais em municípios do litoral do Estado de São Paulo, em razão da ocorrência de focos de Influenza Aviária.
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO DE 25 DE JULHO DE 2024</u> O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, com fundamento no artigo 2º do Decreto nº 68.701, de 15 de julho de 2024 , DESIGNA os a seguir indicados para integrar o Grupo de Trabalho Intersecretarial, com o objetivo de estabelecer as diretrizes gerais e coordenar as ações necessárias à implantação do Centro Administrativo do Estado de São Paulo, na região central do Município de São Paulo, na qualidade de representantes: (...)
Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 102, DE 11 DE JULHO DE 2024</u> Altera o Anexo I da Deliberação CEETEPS nº 37, de 10-8-2017, que dispõe sobre a instituição do Programa de apoio à Mobilidade Acadêmica Internacional (modalidade entrada e saída) para alunos e docentes do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS e de Instituições de Ensino estrangeiras. <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 101, DE 11 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre normas para aceitação de doações e legados.
Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS/GS NO. 17/2024</u> Constitui Grupo Especial de Trabalho para elaboração do Plano Estadual de Assistência Social - PEAS, e dá providências correlatas
Secretaria de Esportes (SESP)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) → Centro de Administração <u>COMUNICADO, DE 19 DE JULHO DE 2024</u> Comunicado: Alteração do horário de funcionamento do Conjunto Desportivo Vila Olímpica Mário Covas O horário de funcionamento do Conjunto Desportivo Vila Olímpica Mário Covas, localizado na Rodovia Raposo Tavares, Km 19,5 - Jardim Arpoador, São Paulo/SP (sentido Interior - Capital), passa a ser, todos os dias, das 06h30 às 18h.
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP-23, DE 18-07-2024</u> Divulga o valor da Receita Corrente Líquida acumulada de junho 2023 a maio de 2024. SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL <u>COMUNICADO SRE 10, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> (...)

	AGENDA TRIBUTÁRIA PAULISTA Nº 420 MÊS DE AGOSTO DE 2024 (...)
Secretaria de Parcerias em Investimentos (SPI)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>REVOGA A CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL STM Nº 001/2017</u> Gabinete do Secretário Concorrência Internacional STM nº 001/2017 Processo SEI nº 021.00000801/2024-58 A SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS, neste ato representada por seu Secretário e com base na instrução processual, REVOGA a Concorrência Internacional STM nº 001/2017, tendo por objeto a concessão dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 15 – Prata da Rede Metroviária do Estado de São Paulo. DÊ-SE VISTAS ao consórcio adjudicatário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. PUBLIQUE-SE. (...)
Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM)	GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 06, DE 22 DE JULHO DE 2024</u> Designa ouvidora, no âmbito da Secretaria da Políticas para a Mulher.
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (CPGE) <u>CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA DISCURSIVA.</u> 23º CONCURSO DE INGRESSO NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO (...) torna pública a relação dos candidatos admitidos à segunda prova escrita (discursiva), conforme itens 4.5.2 e 5.6.1 do Edital 03/2023 de abertura de Inscrições, e convoca os candidatos para a realização da prova discursiva. (...)
Secretaria da Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 186, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre o repasse de valores financeiros, do Fundo Estadual de Saúde - FUNDES, para os Fundos Municipais de Saúde, conforme complementação estabelecida através da Tabela SUS Paulista, aos prestadores de serviço conveniados ou contratados pelo SUS/SP, sob Gestão Municipal. COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO DE SAÚDE (CPS) <u>DELIBERAÇÃO CIB Nº 98, DE 19 DE JULHO DE 2024</u> (...) A Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo – CIB/SP em sua 347ª reunião ordinária realizada em 18/07/2024 aprova a distribuição dos recursos financeiros aos municípios e a relação das Casas de Apoio, conforme Anexos I e II respectivamente.

	(...)
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP Nº 48, DE 17 DE JULHO DE 2024 (REPÚBLICAÇÃO)</u> Aprova o Estatuto dos Docentes do Ensino Médio e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio da Unesp. <u>RESOLUÇÃO UNESP Nº 47, DE 17 DE JULHO DE 2024</u> Aprova o Regimento Escolar dos Colégios Técnicos da Unesp. <u>PORTARIA UNESP Nº 76, DE 19 DE JULHO DE 2024</u> Regulamenta a Resolução Unesp nº 33, de 9 de março de 2023, que estabelece normas para a concessão de Auxílios de Permanência Estudantil, no que se refere aos estudantes dos Colégios Técnicos da Unesp.
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
23/07/2024	COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 044/2024</u> A SECRETARIA-DIRETORIA GERAL torna público o volume de processos julgados no 2º TRIMESTRE do exercício de 2024, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras e por Julgador Singular. SDG, em 19 de julho de 2024 GERMANO FRAGA LIMA SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
26/07/2024	<u>LEI Nº 18.178, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 444/24, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Substitui os Mapas e Quadros anexos à Lei nº 17.965, de 31 de julho de 2023, que aprova o Plano de Intervenção Urbana Arco Jurubatuba e cria as Áreas de Intervenção Urbana Vila Andrade, Jurubatuba e Interlagos, e dá outras providências. <u>LEI Nº 18.177, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 399/24, da COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE) Compatibiliza a redação do art. 2º da <u>Lei nº 18.081, de 19 de janeiro de 2024</u>, para tornar expressa a metodologia aplicada ao MAPA I, adequa legendas do MAPA I e a redação de outros dispositivos constantes da Lei nº 18.081, de 2024. <u>LEI Nº 18.176, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 200/24, do Executivo aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo)

	Autoriza a doação ao Estado de São Paulo das áreas municipais descritas, para fins de requalificação e revitalização do Centro da Cidade de São Paulo, com vistas à transferência do Centro Administrativo do Governo do Estado para o local; autoriza concessões administrativas de uso das áreas municipais que especifica, e dá outras providências. <u>LEI Nº 18.175, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 028/22, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Dispõe sobre a introdução na Operação Urbana Consorciada Faria Lima de dispositivos criados pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, modificada pela Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023 e pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, modificada pela Lei nº 18.081, de 19 de janeiro de 2024, e sobre a criação de perímetro expandido para incluir o Complexo de Paraisópolis e altera a Lei nº 13.769, de 26 de janeiro de 2004, modificada pelas: Leis nº 13.871, de 08 de julho de 2004; nº 15.519, de 29 de dezembro de 2011 e nº 16.242, de 31 de julho de 2015. <u>LEI Nº 18.174, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei Nº 400/24, da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente) Aprova a etapa de encerramento da Lei nº 13.260, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a Operação Urbana Consorciada Água Espraiada, alterada pela Lei nº 15.416, de 22 de julho de 2011, e modificada pela Lei nº 16.975, de 3 de setembro de 2018; e correlata a Lei nº 17.541, de 21 de dezembro de 2020. <u>LEI Nº 18.173, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 247/24, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2025. <u>LEI Nº 18.172, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 456/24, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Dispõe sobre a criação do serviço público de loteria no Município de São Paulo, e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 63.601, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> Introduz alterações ao Decreto nº 53.094, de 19 de abril de 2012, que regulamenta a Lei nº 13.769, de 26 de janeiro de 2004. <u>DECRETO Nº 63.595, DE 25 DE JULHO DE 2024</u> Dispõe sobre o pagamento da primeira parcela do Prêmio de Desempenho Educacional, relativo ao exercício de 2024, a título de antecipação, nos termos do § 3º do artigo 6º da Lei nº 14.938, de 30 de julho de 2009.
25/07/2024	<u>LEI Nº 18.171, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 150/23, dos Vereadores Elaine do Quilombo Periférico – PSOL, Dr. Adriano Santos – PT e Silvia da Bancada Feminista – PSOL) Dispõe sobre a presença de serviços de segurança em equipamentos públicos de atendimento a mulheres vítimas de violência. <u>LEI Nº 18.170, DE 24 DE JULHO DE 2024</u> (Projeto de Lei nº 107/24, dos Vereadores...) Dispõe sobre os sinais sonoros emitidos nos estabelecimentos de ensino públicos e privados do Município de São Paulo.

LEI Nº 18.165, DE 24 DE JULHO DE 2024

(Projeto de Lei nº 228/23, dos Vereadores Edir Sales – PSD e Thammy Miranda – PSD)

Autoriza a criação do Programa Cultura de Paz nas Escolas do Município de São Paulo.

LEI Nº 18.163, DE 24 DE JULHO DE 2024

(Projeto de Lei nº 197/24, dos Vereadores...)

Dispõe sobre o funcionamento das entidades e/ou das empresas destinadas à prática, ao aperfeiçoamento, e ao treinamento de tiro desportivo, instaladas na cidade de São Paulo, e dá outras providências.

LEI Nº 18.161, DE 24 DE JULHO DE 2024

(Projeto de Lei nº 88/21, da Vereadora Janaína Lima – PP)

Acrescenta o art. 18-A à [Lei nº 10.235, de 16 de dezembro de 1986](#), que dispõe sobre a forma de apuração do valor venal de imóveis, para efeito de lançamento dos Impostos de Propriedade Predial e Territorial Urbana, e dá outras providências.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Alexandre José Freitas Rocha Cavalcanti

ajrcavalcanti@sp.gov.br

Edson Prates

eprates@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>